

Parceria família-creche na transição do bebé para a creche

Vera Lúcia Marques Coelho* / Sílvia Barros** / Manuela Pessanha** / Carla Peixoto** / Joana Cadima* / Ana Isabel Pinto*

* FPCEUP – Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto; ** Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto, IPP

Este estudo apresenta atitudes e probabilidade de comportamentos de parceria família-creche, relatadas por mães e educadoras, durante o período de entrada de bebés na creche. Mães e educadoras de 90 bebés responderam à Escala de Parceria Educadores-Pais. Os resultados indicam uma grande valorização, por parte das mães e educadoras, da parceria creche-família para dar resposta às necessidades das crianças, bem como uma elevada probabilidade de se envolverem em comportamentos de parceria. Os relatos das mães são relativamente mais positivos do que os das educadoras quer no que se refere às atitudes, quer no que se refere à probabilidade de comportamentos de parceria. Verificaram-se associações positivas entre os relatos das mães e das educadoras, assim como entre as atitudes das mães e a qualidade do ambiente familiar. Encontraram-se associações negativas entre a idade e experiência das educadoras em contexto de creche e as suas respostas relativas a atitudes e à probabilidade de comportamentos de parceria. Na discussão, destaca-se a necessidade de investir na formação e na melhoria da qualidade das creches, de modo a promover parcerias família-creche mais efetivas.

Palavras-chave: Comunicação família-educadora, Qualidade do ambiente de creche, Transição dos bebés para a creche.

Introdução

Em Portugal, tal como em vários países da União Europeia, o número de crianças pequenas com ambos os pais a trabalhar a tempo inteiro é bastante elevado (mais de 60%; Organization for Economic Co-operation and Development [OECD], 2011), pelo que se torna essencial debater questões relativas aos cuidados e educação de crianças entre os 0 e os 6 anos (OECD, 2011). Com as mudanças sociais e políticas que decorreram em Portugal nas últimas décadas, e considerando o facto de nem todas as famílias poderem contar com a rede de apoio familiar para cuidar dos seus bebés, o número de famílias que recorre aos serviços das creches tem vindo a aumentar nos últimos anos (Comité Português para a UNICEF, 2013). Em 2012, as creches e amas dos centros urbanos do país apresentavam uma taxa de ocupação acima dos 80% (Equipa de Estudos e Políticas, 2013). Esta procura das creches por parte das famílias é acompanhada pelo aumento da

Financiado por Fundos FEDER através do Programa Operacional Factores de Competitividade – COMPETE e por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto FCOMP-01-0124-FEDER-029509; FCT – PTDC/MHC-CED/4007/2012

A correspondência relativa a este artigo deverá ser enviada para: Vera Lúcia Marques Coelho, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, Rua Alfredo Allen, 4200-135 Porto. E-mail: veracoelho@fpce.up.pt; veracoelho_up@hotmail.com

taxa de cobertura das respostas sociais para a primeira infância (creche e ama) que, sendo de 46.2%, em Portugal continental, em 2013, reflete um aumento da taxa de cobertura das creches de cerca de 66% na última década (Equipa de Estudos e Políticas, 2014). Com base nestes dados, e considerando que um dos objetivos da creche é colaborar com a família na partilha de cuidados e responsabilidades no processo evolutivo das crianças (Portaria n.º 262/2011, de 31 de agosto), importa destacar que é fundamental que os pais e os profissionais das creches encontrem formas eficazes de cooperar no processo de educação das crianças (Drugli & Undheim, 2012; National Association for the Education of Young Children [NAEYC], 2009; Portugal, 2012; Powell, 2003).

De entre as dimensões que compõem a complexidade do contexto de creche, a literatura tem realçado a importância da qualidade da relação família-creche na promoção do desenvolvimento e da adaptação da criança (Bronfenbrenner, 2005; Drugli & Undheim, 2012; Owen, Klausli, Mata-Otero, & Caughy, 2008). A comunicação família-creche pode ser particularmente relevante no momento da transição do contexto familiar para o contexto de creche (Peixoto et al., 2014), uma vez que este é um período em que as famílias, as crianças e os profissionais se deparam com desafios muito exigentes. Por exemplo, este pode ser um momento de grande exigência para os profissionais das creches (Daniel & Shapiro, 1996), considerando que, muitas vezes, estes desenvolvem as suas funções em condições de trabalho pouco estáveis (e.g., alta taxa de rotatividade do pessoal) e a sua formação em educação e desenvolvimento é variável e/ou reduzida (e.g., a legislação portuguesa – Portaria n.º 262/2011, 31 de agosto – não requer que haja um profissional com formação superior em educação de infância a trabalhar nas salas de berçário). Já ao nível do bebé, a entrada na creche, pela primeira vez, implica o estabelecimento de relações com adultos até aí desconhecidos, bem como a adaptação a espaços e rotinas diferentes, isto numa fase em as crianças ainda estão a construir relações de vinculação com os principais prestadores de cuidados no contexto familiar (Daniel & Shapiro, 1996). Para as famílias, e particularmente no caso de Portugal, em que o nível de qualidade das creches parecem ser, de acordo com os estudos conhecidos, consideravelmente baixo (Barros & Aguiar, 2010; Pessanha, Aguiar, & Bairrão, 2007), este é também um período crítico. De facto, a literatura refere que as famílias esperam das creches um serviço de elevada qualidade, a garantia do bem-estar do bebé, bem como a existência de um diálogo aberto e contínuo com os profissionais da creche (Daniel & Shapiro, 1996).

É amplamente aceite que parcerias efetivas entre pais e educadores, ou entre famílias e escolas, contribuem para a promoção do desenvolvimento e de aprendizagens significativas (Giovacco-Johnson, 2009; NAEYC, 2009). Ademais, a pertinência de investigar esta temática fundamenta-se nos princípios do enquadramento conceptual apresentado por Bronfenbrenner (1979), cujo contributo na área da educação e desenvolvimento é irrevogável. Na sua perspetiva bioecológica do desenvolvimento, Bronfenbrenner e Morris (1998) destacam o papel que os diferentes contextos/microsistemas nos quais a criança interage desempenham no desenvolvimento e na aprendizagem, salientando que, para além do impacto de cada contexto, as transações entre os diferentes contextos (por exemplo, entre o contexto familiar e a creche) são de extrema importância. Acrescentam ainda que estas relações entre contextos, denominadas relações mesossistémicas, podem potenciar o desenvolvimento se forem robustas, apoiantes e caracterizadas por uma comunicação bidirecional. Tendo por base este quadro teórico, a investigação tem privilegiado o estudo dos microsistemas das crianças em idades precoces, demonstrando que uma qualidade mais elevada, quer a nível do ambiente familiar, quer a nível da creche, está associada a resultados desenvolvimentais positivos (Burchinal, Peisner-Feinberg, Bryant, & Clifford, 2000; Howes & Olenick, 1986; Pinto, Pessanha, & Aguiar, 2013).

Considerando dois dos contextos de desenvolvimento primordiais das crianças pequenas, isto é, o contexto familiar e o contexto de creche, bem como as transações entre eles, Dunst, Trivette e Snyder (2000) descrevem as relações de parceria entre educadores e famílias como experiências

participativas que potenciam o empoderamento de todos os envolvidos. A “parceria” é definida, por estes autores como um trabalho conjunto entre famílias e profissionais para alcançar um objetivo comum. A literatura destaca o envolvimento parental como um importante indicador da colaboração e parceria família-creche (e.g., Swartz & Easterbrooks, 2014; Zellman & Perlman, 2006), sendo vários os estudos que destacam a relevância desta dimensão da parceria para o desenvolvimento e aprendizagem das crianças (e.g., Gaunt & Scott, 2014). No âmbito de uma parceria efetiva, famílias e profissionais partilham processos de tomada de decisão e responsabilidades, numa relação de confiança e respeito, criando ligações entre as experiências da criança no ambiente familiar e no contexto de creche (Leavit, 1995; Owen, Ware, & Barfoot, 2000). Estas componentes da definição de parceria implicam uma disposição para a ação, tanto por parte dos pais como dos educadores que, ao procurar partilhar informação sobre o comportamento e experiências da criança, contribuem para um maior conhecimento e compreensão mútua sobre a mesma (Dunst & Dempsey, 2007; Owen et al., 2000). Realçando a importância destas parcerias, a literatura refere que este maior conhecimento influencia positivamente a qualidade dos cuidados que são prestados à criança, quer pelos pais, quer pelos profissionais (Elicker, Noppe, Noppe, & Fortner-Wood, 1997; Owen et al., 2000).

Sendo amplamente aceite o caráter mútuo e recíproco das interações entre fatores dos contextos e o desenvolvimento e/ou comportamento dos indivíduos (Bronfenbrenner & Morris, 1998), é importante considerar que as relações entre os contextos de desenvolvimento das crianças (nomeadamente entre a creche e família) são influenciadas não só pelas características destes contextos, mas também pelas características das pessoas que os constituem. Neste sentido, tem sido identificada na literatura uma variedade de características do ambiente familiar, dos pais e das próprias crianças como estando associadas ao tipo de relações e parcerias estabelecidas entre as famílias e a creche. Bradley (2010) refere que famílias caracterizadas por maior “caos familiar” (p. 137), que pode resultar de vivência de experiências traumáticas ou adversidade crónica, tendem a ter relações “menos produtivas” (p. 138) com os cuidadores dos seus filhos. Shpancer (1998) enumera também, na sua revisão, várias características das famílias que podem influenciar o envolvimento dos pais na educação dos seus filhos em contexto de creche, como, por exemplo, o nível socioeconómico da família, as habilitações literárias dos pais e o número de elementos do agregado familiar. Relativamente às características das crianças que podem influenciar a parceria família-creche, num estudo com crianças com menos de 3 anos, Pirchio, Taeschner e Volpe (2011) encontraram associações positivas entre a qualidade das relações de parceria e o temperamento das crianças, nomeadamente características descritas como sendo típicas de crianças com temperamento fácil (por exemplo, emocionalidade positiva e disposição social positiva). No que diz respeito a outras características das crianças, a literatura nem sempre é conclusiva. Por exemplo, Swartz e Easterbrooks (2014) relatam que a idade não está associada à comunicação entre famílias e educadores, enquanto outros estudos referem que pais e educadores comunicam mais quando as crianças são mais novas (e.g., Endsley & Minish, 1989).

Importa ainda destacar que a existência de comunicação entre pais e os prestadores de cuidados foi identificada como uma variável característica dos contextos de educação e cuidados de elevada qualidade, tendo Ghazvini e Readdick (1994) encontrado uma associação positiva entre a qualidade da creche e a quantidade de comunicação bidirecional entre as famílias e os prestadores de cuidados.

A NAEYC (2009) reforça igualmente a relevância desta dimensão, incluindo nas suas orientações uma secção específica dedicada ao estabelecimento de relações de reciprocidade entre os profissionais de educação e as famílias, bem como ao papel que estas relações podem desempenhar na educação e no desenvolvimento das crianças. Nas suas várias publicações, sublinha ainda que, quanto mais novas as crianças, maior é a necessidade de os profissionais de educação e as famílias estabelecerem relações de parceria, de modo a partilharem mais informação

que, por sua vez, lhes permitirá adequar as suas práticas, garantindo um melhor ajustamento e continuidade entre os contextos. Em Portugal, também a Segurança Social, através do Manual de Processos-Chave para a Creche (Segurança Social, 2010) evidencia valorizar a dimensão da parceria creche-família, reforçando que as creches devem promover relações de proximidade e autênticas parcerias com as famílias das crianças que acolhem.

Apesar de toda a importância dada na literatura à parceria família-creche, existe ainda pouco conhecimento sobre a forma como estas parcerias se processam entre as famílias e os cuidadores de crianças em contexto de creche (Drugli & Undheim, 2012; Owen et al., 2000; Shpancer et al., 2002), especialmente quando o foco são crianças com menos de 12 meses de idade. O estudo das influências das relações família-cuidadores no desenvolvimento e adaptação dos bebés é também escasso. Assim, com este estudo, pretende-se contribuir para uma melhor compreensão das relações família-creche em idades precoces, tendo como objetivos (a) descrever as atitudes e a probabilidade de comportamentos de parceria, tal como relatadas por educadoras e mães de bebés durante o primeiro mês em que os bebés frequentam o contexto de creche, e (b) explorar relações entre os relatos das mães e os das educadoras relativamente às suas atitudes e à probabilidade de ocorrência de comportamentos de parceria, bem como associações entre esses relatos e características dos contextos familiar e de creche. Considerando a revisão da literatura, formularam-se as seguintes hipóteses: (i) as mães dos bebés e as educadoras a trabalhar em salas de berçário valorizam as parcerias família-creche e revelam disponibilidade para se envolverem em comportamentos de parceria; (ii) existe uma relação positiva entre a formação das educadoras e os relatos destas acerca da parceria família-creche; e (iii) mães com um ambiente familiar de melhor qualidade e com um nível de escolaridade mais elevado relatam atitudes e comportamentos mais positivos face à parceria família-escola.

Método

Participantes

Participaram na presente investigação mães e educadoras¹ de 90 bebés que iniciaram a frequência do berçário entre setembro de 2013 e março de 2014. Os berçários foram selecionados aleatoriamente, de acordo com o processo que se descreve de seguida.

Todas as creches da grande área metropolitana do Porto (listadas no site da Segurança Social), com salas de berçário, foram ordenadas aleatoriamente e contactadas no final do ano letivo 2012-2013, até que 90 instituições com bebés inscritos para iniciar a frequência do berçário entre setembro de 2013 e março de 2014 aceitassem participar. De igual modo, foi pedido que, em cada creche, fosse selecionada, de forma aleatória, uma família para integrar o projeto, sendo que essa família deveria: ter pré-inscrito o seu filho para iniciar a frequência do berçário quando a criança tivesse entre os 4 e os 9 meses de idade, dado que, no âmbito do projeto alargado no qual este estudo se insere, importava assegurar que os bebés não transitariam para a sala de 1-2 anos durante esse ano letivo. Na grande maioria das instituições contactadas existia apenas uma família que cumpria este requisito.

¹ Embora a palavra “educadora” se refira habitualmente aos profissionais com formação superior em educação de infância, neste estudo, nomeadamente nas secções de apresentação do método, resultados e discussão, a palavra “educadora” refere-se a todos os adultos que trabalham nas salas de berçário, independentemente da sua formação.

A Comissão Nacional de Proteção de Dados aprovou todos os procedimentos de confidencialidade e de segurança previstos. Todos os métodos de recolha de dados foram explicitados aos diretores das instituições, aos educadores da sala de berçário e às famílias participantes, e foram obtidos os seus consentimentos informados para a realização do estudo.

No que se refere às características das famílias que participaram neste estudo, o rendimento familiar médio era de 1622.40€ ($DP=670.77$), as mães participantes tinham uma idade média de 30 anos ($DP=3.98$) e tinham, em média, 14.33 anos de escolaridade ($DP=3.55$). Mais especificamente, mais de metade das mães participantes tinha um curso superior (59%) e apenas 3% tinha uma escolaridade inferior ao 3.º ciclo do ensino básico, isto é, menos de 9 anos de escolaridade completos. Os bebés participantes no estudo distribuíam-se equitativamente em termos de género (45 eram do género feminino e 45 do género masculino), e tinham idades compreendidas entre os 4 e os 10 meses ($M=6.0$, $DP=1.34$). Cerca de 42% dos bebés eram filhos únicos.

Relativamente às educadoras, estas apresentavam uma grande variabilidade em termos de características como a idade ($M=42.53$, $DP=9.97$), anos de escolaridade completos ($M=11.10$, $DP=3.64$) e experiência em contexto de creche ($M=8.36$, $DP=6.50$). De salientar que apenas 13 (14.4%) profissionais tinham frequentado o ensino superior, tendo concluído um curso superior na área da educação de infância. No entanto, em cerca de 44% das instituições que não tinham uma educadora com formação na área como responsável da sala, existia um profissional com formação superior com funções de supervisão do berçário, dando apoio às profissionais sem formação superior que desempenhavam funções na sala. Todos os profissionais participantes eram do género feminino.

No que concerne às características das instituições/salas, alguns dados considerados relevantes, tais como tipo de instituição e rácio criança-adulto, foram também recolhidos. Destaca-se a elevada variabilidade encontrada nos rácios criança-adulto observados, existindo salas com rácios de 1:1, e outras com rácios bastante superiores, com o máximo de 8:1 ($M=3.38$, $DP=1.49$). A média de crianças por grupo era de 6.38 ($DP=2.34$) e de profissionais por sala era de 2 ($DP=0.60$). Apenas oito das instituições que participaram no estudo eram privadas com fins lucrativos, sendo as restantes Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS).

Instrumentos

Escala de Parceria Educadores – Pais (CPPS; Ware, Barfoot, Rusher, & Owen, 1995, 2013). A CPPS foi traduzida e adaptada para português por Barros, Pessanha, Pinto e Cadima (2013), após autorização dos autores para utilização da mesma. Este processo incluiu várias fases: tradução inicial, revisão da tradução, elaboração de uma retroversão e breve estudo piloto. O recurso à retroversão teve como finalidade, tal como sugerido na literatura (e.g., Sireci, Yang, Harter, & Ehrlich, 2006), assegurar a qualidade da tradução e garantir uma maior fidedignidade da versão portuguesa. O estudo piloto foi realizado com educadoras com experiência em contexto de berçário e com mães de crianças que frequentavam salas de creche. Este processo permitiu analisar a adequação/compreensão dos itens e das instruções do questionário e serviu para que fossem efetuadas pequenas alterações na formulação dos itens, de forma a garantir um melhor ajuste do questionário aos potenciais participantes.

Esta escala consiste num questionário composto por duas partes. A primeira parte, baseada em Timberlawn Research Foundation (1993), inclui 19 itens, com os quais se pretende recolher dados quanto às atitudes e crenças relativas à parceria entre as famílias e os profissionais das creches (e.g., item 8 “Para satisfazer as necessidades de uma criança, os educadores devem efetivamente conversar e trabalhar com a família”; item 18 “O conhecimento do educador/pais acerca da criança ajuda os pais/educadores a compreenderem-na melhor”). Cada item é cotado numa escala de 5 pontos, em que 1 significa *discordo totalmente* e 5 significa *concordo totalmente*. A segunda parte

permite recolher informação sobre a probabilidade de ocorrência de comportamentos que contribuem para uma melhor parceria entre as famílias e as creches (e.g., item 23 “Elogiar um pai/mãe pela sua competência em lidar com o filho?; item 33 “Discutir os problemas da criança com o pai/mãe?”), e é composta por 16 itens igualmente cotados numa escala de 5 pontos (1=*altamente improvável*; 5=*altamente provável*). Esta escala inclui duas versões: uma para pais e outra para educadores/cuidadores.

Os autores da escala propõem o cálculo de um fator para a parte do questionário relativa às atitudes (com um total de 15 itens na versão para educadores e 14 itens na versão para pais), e de três fatores para a segunda parte do questionário, nomeadamente: Partilhar Informação, Procurar Informação e Relações entre Adultos (Owen, Ware, & Barfoot, 2000). De salientar que, nesta proposta dos autores, os itens que compõem cada um dos três fatores são diferentes nas versões dos questionários para pais e educadores. No entanto, esta estrutura de organização dos itens encontrada pelos autores parece não se adequar aos dados deste estudo em particular, como indicado pelos valores de alfa entre .11 e .77. Para além disso, tendo em conta que este estudo pretende comparar atitudes e comportamentos de educadoras com atitudes e comportamentos de mães, consideramos que as dimensões das duas versões deverão ser constituídas pelos mesmos itens. Assim, tendo em conta que os itens das partes 1 e 2 do questionário procuram avaliar as variáveis latentes Atitudes e Comportamentos, respetivamente, procedeu-se ao cálculo da consistência interna para cada uma destas partes. Relativamente à primeira parte, foi criada uma variável compósita com base no cálculo da média dos 13 itens e denominada Atitudes. Para a segunda parte do questionário foi calculada apenas uma variável denominada Probabilidade de Comportamentos, com base na média de 14 dos 15 itens do questionário. As mesmas dimensões foram utilizadas para ambas as versões do questionário – pais e educadores –, e os valores de consistência interna foram de .75 e .65, respetivamente, nas Atitudes, e de .70 e .80, na Probabilidade de Comportamentos.

Questionário de Características Estruturais – Berçário (QCE-B; Barros, Pessanha, Pinto, & Cadima, 2013). Este questionário foi elaborado para recolher informação de caráter estrutural sobre as salas de berçário e os profissionais que lá trabalham (e.g., número de crianças da sala, número de adultos da sala, anos de escolaridade dos profissionais da sala).

Questionário sobre características sociodemográficas da família (Pessanha, Barros, Pinto, & Cadima, 2013). Este questionário permite recolher informação sobre características da família (e.g., elementos do agregado familiar, rendimento familiar, anos de escolaridade).

The Home Observation for Measurement of the Environment Inventory (HOME; Bradley & Caldwell, 1984, 1997). Para avaliar a qualidade do ambiente familiar, foi utilizada a versão portuguesa da HOME para crianças entre os 0 e os 2 anos de idade. Este instrumento é composto por 45 itens dicotómicos (0=*não*; 1=*sim*), organizados em seis subescalas que procuram medir: (a) a responsividade verbal e emocional dos pais, (b) a aceitação dos comportamentos da criança, (c) a organização do ambiente físico e do tempo da criança, (d) a disponibilização de materiais de aprendizagem adequados, (e) o envolvimento dos pais com a criança, e (f) a oportunidade para experimentar variedade na estimulação diária. Neste estudo, foi utilizada a pontuação global, obtida através da soma de todos os itens ($\alpha=.69$).

Infant Behavior Questionnaire – Revised (IBQ-R; Rothbart & Gartstein, 2013). Para avaliar o temperamento do bebé, recorreu-se ao IBQ-R. Este é um questionário vastamente utilizado e vários estudos têm apresentado bons indicadores de validade, adequação e consistência interna (e.g., Clark, Hyde, Essex, & Klein, 1997; Klein, Putnam, & Linhares, 2009; Rothbart, 1981). Neste estudo, foram utilizados dados relativos aos três fatores propostos por Gartstein e Rothbart (2003): Extroversão ($\alpha=.96$), Afetividade Negativa ($\alpha=.85$) e Regulação ($\alpha=.78$).

Procedimentos

Recolha de dados. Todos os dados foram recolhidos no primeiro mês de frequência do berçário por parte do bebé, mais precisamente entre a segunda e a quarta semana de frequência, com exceção dos dados relativos à qualidade do ambiente familiar e ao temperamento das crianças que foram recolhidos, em contexto familiar, antes do bebé começar a frequentar a creche.

As educadoras e as mães preencheram a CPPS autonomamente, e individualmente, no contexto de creche. No entanto, um investigador esteve sempre presente para esclarecer as dúvidas dos respondentes ao longo do preenchimento do questionário. Os questionários sociodemográficos foram preenchidos recorrendo a entrevistas.

Todos os dados foram recolhidos entre junho de 2013 e março de 2014 por psicólogas com formação e treino prévios na utilização dos instrumentos.

Análise de dados. Considerando os objetivos do presente estudo, o processo de análise de dados passou pelo recurso a estatística descritiva e inferencial (análises de correlação e de diferenças de médias). Foram utilizadas as convenções propostas por Cohen (1992) para interpretar os resultados, considerando-se pequeno um r de .10 (associação fraca), médio um r de .30 (associação moderada) e grande um r de .50 (associação forte), e tendo como referência o nível de significância de .05 (cf. Field, 2005).

Resultados

De acordo com os dados obtidos, ambos os grupos de participantes revelaram valorizar uma relação de parceria entre a creche e a família, na qual pais e profissionais partilhem informação relevante sobre o bebé. Numa escala de 1 a 5, em que 5 representa elevada concordância com atitudes de colaboração e parceria entre pais e educadores, as médias das respostas das mães e das educadoras estão acima de 4 ($M=4.59$ e $M=4.49$, respetivamente), revelando um elevado nível de concordância com estas atitudes (ver Quadro 1).

Quadro 1

Média, Desvio Padrão, Mínimo e Máximo para as Atitudes e Probabilidades de Comportamentos de Parceria Família-Creche relatadas por Mães e Educadoras

	Escala	M	DP	Min. – Max.
Atitudes de Parceria Família-Creche relatadas por Educadoras	1-5	4.49	0.33	3.62 – 5.00
Atitudes de Parceria Família-Creche relatadas por Mães	1-5	4.59	0.31	3.00 – 5.00
Probab. de Comportamentos de Parceria Família-Creche relatada por Educadoras	1-5	3.83	0.56	2.33 – 5.00
Probab. de Comportamentos de Parceria Família-Creche relatada por Mães	1-5	4.23	0.42	3.00 – 4.93

Análises descritivas ao nível dos itens permitiram verificar que 73.3% das mães discordam da afirmação de que os pais devem colaborar na planificação das rotinas e atividades da sala dos seus bebés. Por outro lado, com uma percentagem de 99% de respostas no pólo positivo da escala (concordo ou concordo totalmente) estão os itens referentes aos seguintes aspetos: (a) importância do acordo entre pais e educadores sobre as formas de lidar com um problema de comportamento

da criança, (b) valorização do facto de os educadores conhecerem os pais das crianças ao seu cuidado, e (c) importância de os pais saberem o que os seus filhos fizeram durante o dia na creche. De forma semelhante aos resultados encontrados para os relatos das mães, o item mais valorizado pelas educadoras, com 100% das respostas a situarem-se no *concordo* ou *concordo totalmente*, refere-se ao facto de que “O educador deve conhecer os pais das crianças que estão ao seu cuidado”. Também as duas atitudes mais valorizadas pelas mães (importância do acordo entre pais e educadores sobre aspetos relativos à educação das crianças e dos pais e educadores se conhecerem) foram altamente valorizadas pelas educadoras. Por fim, e tal como para os relatos das mães, também os relatos das educadoras refletem uma desvalorização do papel dos pais na planificação das rotinas e atividades dos bebés na creche, com 80% das educadoras participantes a discordarem e/ou discordarem totalmente da afirmação que traduz a ideia desta colaboração.

No que concerne aos relatos de probabilidade de comportamentos que contribuem para uma parceria efetiva, mães e educadoras apresentaram valores médios próximos do nível 4, tal como se verificou para as atitudes. Revelavam, assim, a sua disposição para atuar no sentido de desenvolverem parcerias caracterizadas por uma comunicação bidirecional frequente, pela participação em atividades conjuntas e pela partilha de responsabilidades na educação e desenvolvimento das crianças ($M=3.84$ e $M=4.23$, respetivamente). É de destacar que as respostas das educadoras, relativamente à probabilidade dos seus comportamentos de parceria com famílias de bebés, apresentavam uma maior variabilidade do que os relatos das mães ($DP=0.56$ e $DP=0.42$, respetivamente). Assim, 7.8% das educadoras descreviam como improvável apresentarem os comportamentos de parceria listados ($M<3.00$), embora uma elevada percentagem das suas respostas (43.30%) se situe no nível 4, isto é, *provável*. Na versão respondida pelas mães não se registaram respostas no nível *improvável*. O valor mínimo obtido na dimensão Probabilidade de Comportamentos nos questionários das mães foi de 3, indicando como provável desenvolverem os comportamentos de parceria listados na CPPS. Tal como nos relatos das educadoras, embora com uma percentagem superior, a grande maioria das mães (i.e., 75.6%) situava as suas respostas no nível 4.

Relativamente aos Comportamentos mais e menos prováveis, todas as mães referiam como provável, ou altamente provável, questionarem a educadora relativamente ao comportamento do seu bebé durante o dia na creche. Contrariamente, partilhar informações sobre si com os educadores dos seus filhos parecia ser o comportamento de parceria menos provável, com 27.8% das mães a indicar como improvável e/ou altamente improvável que este comportamento ocorresse, e 40% a referir que poderia acontecer ou não, dependendo das situações. No mesmo sentido, também este comportamento era relatado pelas educadoras como pouco provável, com 41% a situar as suas respostas no improvável e/ou altamente improvável. Os comportamentos mais provavelmente desenvolvidos pelas educadoras eram relativos a itens da CPPS que se referiam à partilha de informação com os pais sobre as novas competências dos bebés e sobre os seus dias mais difíceis.

Apesar de ambos os grupos valorizarem atitudes positivas relativamente à parceria e manifestarem elevada probabilidade de desenvolverem comportamentos que contribuíssem para uma parceria efetiva (ver Quadro 1), verificou-se que as mães indicaram atitudes significativamente mais favoráveis ao desenvolvimento de relações de parceria, quando comparadas com as educadoras, $t(88)=-2.62$, $p=.01$, $d=0.31$, bem como maior probabilidade de desenvolverem comportamentos promotores de relações de parceria, $t(88)=-5.49$, $p<.001$, $d=1.34$. De realçar que, embora tenham sido encontradas diferenças estatisticamente significativas, quer entre atitudes reportadas por mães e por educadoras, quer entre os seus relatos da probabilidade de desenvolverem comportamentos de parceria, a magnitude do efeito é consideravelmente superior no caso da probabilidade dos comportamentos.

Foram calculadas correlações entre as dimensões Atitudes e Probabilidade de Comportamentos relatadas por mães e por educadoras. É possível verificar que existe uma associação positiva, de grande magnitude, entre as atitudes e a probabilidade de comportamentos das mães, e uma associação moderada entre as atitudes e a probabilidade de comportamentos das educadoras (Quadro 2). Adicionalmente, encontrou-se uma associação positiva, embora de pequena magnitude, entre as atitudes das mães e as atitudes e probabilidade de comportamentos relatadas por educadoras.

Quadro 2

Coefficientes de correlação de Pearson entre Atitudes e Probabilidades de Comportamentos de Parceria Família-Creche: Relatos de Mães e Educadoras

Variáveis	1	2	3
1. Atitudes de Parceria Família-Creche relatadas por Educadoras	-	-	-
2. Probab. de Comportamentos de Parceria relatada por Educadoras	.50**	-	-
3. Atitudes de Parceria Família-Creche relatadas por Mães	.28**	.22*	-
4. Probab.de Comportamentos de Parceria relatada por Mães	.14	.06	.36**

Nota. * $p < .05$; ** $p < .01$.

De modo a melhor se compreenderem as atitudes e a probabilidade de ocorrência de comportamentos de parceria, relatadas por mães e pelas educadoras, foram ainda calculadas correlações entre os relatos das participantes e características das famílias e das creches.

Neste estudo, apresentam-se as relações encontradas entre os relatos das educadoras e: (a) as suas características sociodemográficas (e.g., idade, anos de escolaridade), (b) variáveis relativas à qualidade dos seus contextos de trabalho (e.g., rácio criança-adulto, educador com formação superior disponível na creche para apoio/supervisão dos profissionais da sala de berçário), (c) variáveis relativas às famílias (qualidade do ambiente familiar e educação materna), e (d) características da criança (temperamento, género e idade). Como se pode verificar no Quadro 3, as atitudes de parceria das educadoras apresentam associações positivas com os anos de escolaridade formal e associações negativas com a idade, anos de experiência em creche e rácio criança-adulto. Assim, os resultados parecem indicar que educadoras mais velhas, educadoras com mais anos de experiência em creche, educadoras com menos anos de escolaridade e educadoras com mais crianças na sua sala reportam atitudes menos positivas face ao estabelecimento de parcerias com as famílias das crianças que frequentam os berçários. Um padrão semelhante é encontrado para as respostas relativas aos comportamentos. Verifica-se ainda que o facto de existir uma educadora com formação superior na creche e que, de alguma forma, presta apoio à sala de berçário (através da planificação conjunta com as profissionais da sala, da supervisão do trabalho ou da presença a tempo parcial ou a tempo inteiro nas salas) está associado a uma maior probabilidade de comportamentos favoráveis ao estabelecimento de parcerias, tal como relatadas pelas educadoras que estão em trabalho direto com as crianças. Não foram encontradas associações entre as variáveis da família (qualidade do ambiente familiar e educação materna) e da criança (temperamento, idade e género) e os relatos das educadoras sobre as atitudes e a probabilidade de comportamentos de parceria.

As correlações entre os relatos das mães (Probabilidade de Comportamentos e Atitudes) e as características das famílias são apresentadas no Quadro 3. Foram exploradas relações com a escolaridade materna, o rendimento familiar e a qualidade do ambiente familiar. Verifica-se que a qualidade do ambiente familiar ($M=32.46$, $DP=4.20$) está positivamente associada às atitudes

das mães face à parceria, embora a correlação seja de pequena magnitude. De entre as variáveis familiares que foram consideradas neste estudo, esta é a única variável da família que apresenta associação com as atitudes relatadas, indicando que mães com ambientes familiares de melhor qualidade tendem a relatar atitudes mais favoráveis ao estabelecimento de parcerias. Já no que diz respeito à probabilidade de ocorrência de comportamentos de parceria, pode constatar-se que existe uma associação positiva com a escolaridade materna, indicando que as mães com nível educativo mais elevado manifestavam maior disponibilidade para desenvolver comportamentos promotores de relações de parceria com as educadoras dos seus bebés. No que concerne às correlações entre as atitudes e probabilidades de parceria relatadas por mães e as características da creche e educadora, apenas se encontrou uma correlação moderada entre a probabilidade de comportamentos de parceria relatada pelas mães e o facto de na creche existir um educador com formação em educação de infância que dá apoio ou supervisiona os profissionais da sala de berçário. Quanto às relações com as características das crianças, verificou-se uma correlação positiva fraca, entre atitudes das mães e a dimensão Regulação, indicando que as mães de crianças caracterizadas como Reguladas em termos de temperamento tendiam a relatar atitudes mais favoráveis ao estabelecimento de parcerias.

Quadro 3

Coefficientes de Correlação de Pearson entre Atitudes e Probabilidades de Comportamentos de Parceria Família-Creche Relatadas por Educadoras (E) e Mães (M), e Variáveis da Creche/ Educadoras, da Família e da Criança

	Atitudes de Parceria Família-Creche (E)	Probab. de Comportamentos de Parceria Família-Creche (E)	Atitudes de Parceria Família-Creche (M)	Probab. de Comportamentos de Parceria Família-Creche (M)
<i>Variáveis da creche/educadoras</i>				
Anos escolaridade (Educadora)	.22*	.29**	-.09	-.13
Idade (Educadora)	-.23*	-.31**	-.01	-.08
Experiência em creche (Educadora)	-.29**	-.29**	-.07	.00
Educador com formação superior disponível na instituição para apoio	.19	.27*	.18	.31**
Rácio criança/adulto	-.22*	.06	.07	-.12
<i>Variáveis da Família</i>				
Rendimento familiar	.12	.08	.03	.13
Anos de escolaridade (Mãe)	-.01	.04	.12	.27*
Resultado global HOME	-.02	-.08	.22*	.08
<i>Variáveis da Criança</i>				
Género (0=masculino; 1=feminino)	-.08	.02	-.11	-.02
Idades	-.16	-.16	-.10	-.08
Afetividade Negativa	-.11	.06	-.08	-.04
Regulação	.10	.02	.21*	.08
Afetividade Positiva	-.00	-.02	.11	.15

Nota. * $p < .05$; ** $p < .01$.

Discussão

Sendo consensual na literatura a importância das relações entre famílias e educadores para o desenvolvimento e adaptação das crianças (e.g., Bronfenbrenner, 2005; Drugli & Undheim, 2012; Owen et al., 2008), é igualmente reconhecido que o conhecimento efetivo sobre a forma como estas parcerias se operacionalizam, particularmente no caso de crianças com menos de 12 meses, é limitado. Assim, o estudo aqui apresentado teve como objetivo descrever as atitudes e a probabilidade de ocorrência de comportamentos de parceria entre educadoras e mães de bebês, durante o primeiro mês de frequência da creche.

Os resultados descritivos encontrados neste estudo parecem apontar para o acordo entre mães e educadoras no que concerne à importância de uma relação de parceria creche-família, desde que a criança começa a frequentar o berçário, isto é, desde as idades mais precoces e desde as primeiras experiências neste novo contexto. Leavit (1995) tinha já relatado resultados que documentam a valorização da comunicação e parceria, por parte das mães. A literatura refere ainda que a maior parte dos profissionais é consensual na atribuição de elevada importância ao envolvimento dos pais na educação dos seus filhos (e.g., NAYEC, 2009). Não obstante, os resultados indicam diferenças entre os relatos de mães e educadoras sobre as atitudes e a probabilidade de se envolverem em comportamentos de parceria, tendo-se verificado que as mães reportavam atitudes e comportamentos significativamente mais positivos do que as educadoras. Owen e colaboradores (2000) tinham encontrado resultados semelhantes em relação aos relatos dos comportamentos de parceria entre mães e educadoras. Também Cantin, Plante, Coutu e Brunson (2012) descrevem que os pais relatavam níveis mais elevados de colaboração do que os educadores. Importa tentar compreender quais os fatores que poderão estar associados às atitudes/comportamentos relatados por cada grupo de participantes. Para os relatos das educadoras, destacamos que as atitudes e a probabilidade de manifestar comportamentos de parceria estão positivamente associados ao seu nível de escolaridade. Este resultado parece ir ao encontro de outros descritos na literatura, sendo que os anos de escolaridade dos educadores têm também vindo a ser referidos como uma variável positivamente associada a cuidados de maior qualidade na creche (e.g., National Institute on Child Health and Human Development [NICHD] Early Childhood Research Network, 2000; Phillips, Mekos, Scarr, McCartney, & Abbott-Shim, 2000) e a interações mais responsivas e sensíveis entre os educadores e as crianças (e.g., Burchinal, Cryer, Clifford, & Howes, 2002). Estes resultados parecem corroborar a necessidade de um maior investimento na formação dos profissionais que trabalham nos berçários, sendo este tema particularmente importante no caso de Portugal, onde a legislação em vigor – Portaria n.º 262/2011, 31 de agosto – não define a necessidade de um educador com formação superior em educação de infância para o trabalho nas salas de berçário. Considerando a literatura existente, bem como os resultados encontrados neste estudo, importa enfatizar que aumentar o nível de formação dos profissionais com base em contratação de pessoal com mais formação parece constituir um fator importante quando se pretende disponibilizar serviços de maior qualidade e mais adequados às necessidades das famílias e dos bebês.

Para além destes resultados relativos ao nível de formação, neste estudo foram encontradas associações negativas entre (a) as atitudes e a probabilidade de ocorrência de comportamentos de parceria das educadoras e (b) a sua idade e o número de anos de experiência em creche. Este resultado parece ser indicador da necessidade de investir também na supervisão e/ou na formação em serviço dos educadores, já que os anos de experiência em creche parecem, de alguma forma, estar a contribuir para atitudes mais negativas e menor investimento nas relações com as famílias. Burchinal e colaboradores (2002) destacaram os benefícios da frequência de “workshops” por parte dos educadores durante a sua prática profissional, notando, no entanto, que estes não seriam suficientes para substituir uma formação inicial adequada. Os autores referem mesmo que a

promoção da qualificação dos profissionais deveria ser uma medida básica quando se pretende melhorar a qualidade dos cuidados e educação prestados nas creches.

De acordo com os resultados obtidos no presente estudo, um outro fator que parece estar a contribuir negativamente para o relato dos educadores face às atitudes e probabilidade de manifestar comportamentos de parceria é o rácio criança-adulto. Não é novidade que o rácio criança-adulto é uma variável de extrema importância, quando falamos em qualidade dos contextos de creche, e são vários os estudos que destacam as relações entre estas variáveis (e.g., Phillipsen, Burchinal, Howes, & Cryer, 1997). Assim, importa referir que as recomendações internacionais relativas aos rácios para as salas de berçário são variáveis. Por exemplo, a NAEYC (2009) recomenda rácios, para salas de berçário, de 4:1 (definindo oito como o número máximo de bebés por sala). Já a American Academy of Pediatric, numa posição conjunta com a American Public Health Association (2002), afirma que os rácios para salas de bebés não devem ser superiores a 3:1 (definindo seis como o número máximo de bebés por sala). Estas entidades acrescentam ainda que rácios baixos são particularmente importantes para crianças entre os 0 e os 24 meses. Em Portugal, a legislação define um rácio de 5:1, com um máximo de 10 crianças em salas com crianças que ainda não adquiriram a marcha (Portaria n.º 262/2011, 31 de agosto). Sendo este rácio superior ao recomendado internacionalmente, destacamos que, neste estudo, foram mesmo registados rácios superiores ao definido na legislação portuguesa, nas salas de berçário observadas (e.g., 8:1). Face ao nível de exigência e disponibilidade necessárias para que os educadores se envolvam na criação e manutenção de parcerias de elevada qualidade com as famílias, comunicando de forma regular e personalizada com os pais, consideramos que uma melhor regulação dos rácios poderia revelar-se uma estratégia eficaz para melhorar a qualidade das parcerias creche-família. Para além disto, alterações a este nível poderão contribuir, globalmente, para uma melhoria da qualidade geral dos serviços e dos cuidados prestados pelas creches em Portugal. Esta melhoria é especialmente relevante, considerando os níveis baixos de qualidade em creche que são relatados em vários estudos (Barros & Aguiar, 2010; Pessanha, Aguiar, & Bairrão, 2007).

Adicionalmente, considerando os resultados relativos aos relatos das mães, importa destacar que, tal como já foi referido, estes revelam elevada valorização das parcerias família-creche em termos de atitudes positivas e elevada probabilidade de manifestar comportamentos inerentes a parcerias de elevada qualidade. Estes resultados são coincidentes com outros já relatados na literatura, que referem que os pais tendem a valorizar as relações de parceria com os cuidadores dos seus filhos (e.g., Leavit, 1995). No entanto, esta valorização e avaliação positivas das parcerias pelas mães podem não ser indicadores da qualidade efetiva da parceria. Por exemplo, Galinsky, Howes, Kontos e Shinn (1994, como citados em Leavit, 1995) concluíram que os pais tendem a avaliar a comunicação com os cuidadores dos seus filhos apenas com base na segurança da criança e não em outros indicadores de qualidade. Para além disso, os relatos recolhidos durante este estudo correspondem a atitudes e à probabilidade de ocorrência de comportamentos de parceria e não à efetiva concretização dessas práticas de comunicação e partilha entre pais e profissionais.

Apesar de vários estudos indicarem que diversas variáveis do ambiente familiar (e.g., nível socioeconómico, número de elementos do agregado familiar, ordem na fratria) estão relacionadas com o envolvimento parental na creche (e.g., Shpancer, 2002), este estudo encontrou apenas associações positivas entre a parceria mãe-educadora, relatada pelas mães, e (a) a qualidade do ambiente familiar e (b) o nível de escolaridade materno. Assim, foram as mães de nível educativo mais elevado, e mães com ambiente familiar de qualidade mais elevada, que revelaram atitudes mais positivas em relação à parceria família-creche e que indicaram como mais prováveis os comportamentos de parceria. Se, por um lado, podemos colocar a hipótese de serem estas as mães que melhor conhecem o que socialmente se considera desejável, respondendo nesse sentido, por outro lado, a possibilidade de estas mães estarem mais sensíveis à importância da continuidade

das práticas entre os dois microssistemas (i.e., família e creche) pode também constituir uma explicação para estes resultados. Deste modo, as crianças que vivem num ambiente familiar mais favorável ao seu desenvolvimento parecem ser também aquelas cujos pais e profissionais da creche tendem a cooperar de forma mais efetiva. Assim, é importante reforçar a implementação da cooperação pais-profissionais, especialmente em famílias de meios socioeconómicos mais desfavorecidos, nos quais as mães tendem a ter menos anos de escolaridade e o ambiente familiar tende a ser de menor qualidade a nível de condições de desenvolvimento e aprendizagem.

Importa ainda referir algumas limitações deste estudo e deixar algumas reflexões para estudos futuros que procurem contribuir para um maior conhecimento sobre as influências mesossistémicas no desenvolvimento das crianças, bem como aprofundar a forma como estas relações entre os contextos se constroem e fortalecem.

Relativamente às limitações do estudo, é importante destacar a questão da representatividade da amostra. Embora se tenha partido, inicialmente, de um conjunto alargado de participantes, selecionados aleatoriamente, as famílias participantes acabaram por ser bastante homogéneas em termos de condições sociodemográficas. A elevada percentagem de mães com nível de ensino superior, na nossa amostra, poderá indicar algum enviesamento da mesma. Este facto pode dever-se ao elevado número de critérios de seleção dos participantes, e, em especial ao facto de se requerer que as famílias tivessem planeado com antecedência a entrada dos seus bebés para a creche. Podemos colocar a hipótese que em famílias de baixo nível socioeconómico este tipo de planificação será menos provável, o que baixou a representatividade destas famílias no presente estudo. Poderá ainda dar-se o caso de serem, de facto, as mães com formação académica mais elevada e, portanto, as famílias com estatuto socioeconómico mais elevado, que procuram mais as salas de berçário em serviços de creche pouco tempo após o nascimento dos seus filhos. Também as instituições participantes, tal como foi referido, não são representativas da população de creches da grande área metropolitana do Porto, uma vez que a maior parte das creches participantes neste estudo eram particulares sem fins lucrativos. Seria importante incluir, em estudos futuros, famílias com um nível sociocultural mais diversificado, assim como mais creches particulares com fins lucrativos.

De referir ainda que o recurso a uma medida de auto-relato, a CPPS, pode também ter condicionado os resultados obtidos. Estamos conscientes de que os resultados encontrados, nomeadamente relativos aos relatos sobre a probabilidade de manifestar comportamentos de parceria, podem, de alguma forma, refletir um efeito de desejabilidade social. Pais e profissionais podem ter tido uma tendência para relatarem atitudes de parceria muito positivas, bem como para sobrevalorizar a probabilidade de manifestar comportamentos de parceria, mesmo que esta desejabilidade não se traduza, obrigatoriamente, no seu envolvimento efetivo nas situações listadas na CPPS. Assim, consideramos que o recurso adicional a uma medida de observação direta poderia contribuir com informação relevante para um conhecimento mais real das atitudes e ocorrência de comportamentos de parceria entre as famílias e as creches. Um outro ponto que consideramos merecedor de atenção em investigações futuras prende-se com a necessidade de perceber a forma como evoluem as relações família-creche, por exemplo, através de estudos sobre a sua estabilidade ao longo do tempo, ou de investigação, de carácter observacional, que forneça evidência sobre as estratégias utilizadas pelos profissionais das creches e/ou pelas famílias para criarem e manterem parcerias. Destacamos igualmente a necessidade de mais investigação, com crianças com menos de 12 meses de idade, sobre: (a) a relação entre a qualidade dos contextos de educação, a qualidade dos contextos familiares e as parcerias efetivamente desenvolvidas entre família-creche, (b) o contributo das relações família-creche para o bem-estar e para o desenvolvimento dos bebés que frequentam o contexto de creche, (c) o efeito de intervenções com o objetivo de promover relações de parceria de qualidade entre pais e profissionais de creche.

Por fim, salientamos que este estudo contribuiu para um conhecimento mais aprofundado sobre o que pensam os pais e educadores de bebês sobre as relações de parceria família-creche durante o primeiro mês dos bebês na creche. Globalmente, verificamos que ambos valorizavam a comunicação frequente e outros comportamentos de parceria, estando disponíveis para se envolverem ativamente, e acreditam que a partilha e a continuidade família-creche contribuem para um maior bem-estar das crianças em ambos os contextos. As atitudes relatadas por pais e profissionais parecem estar alinhadas com as práticas recomendadas internacionalmente, podendo estes resultados indicar que os participantes manifestaram interesse relativamente a criarem e manterem verdadeiras parcerias e colaborações ativas entre as creches e as famílias, logo a partir das salas de berçário.

Referências

- American Academy of Pediatrics, & American Public Health Association. (2002). *Caring for our children: National health and safety performance standards: Guidelines for out-of-home child care* (2nd ed.). Elk Grove Village, IL: American Academy of Pediatrics.
- Barros, S., & Aguiar, C. (2010). Assessing the quality of Portuguese child care programs for toddlers. *Early Childhood Research Quarterly*, 25, 527-535. doi: 10.1016/j.ecresq.2009.12.003
- Barros, S., Pessanha, M., Pinto, A., & Cadima, J. (2013). *Questionário de características estruturais: Berçário*. Versão não publicada. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto.
- Bradley, R. H. (2010). From home to day care: Chaos in the family/child-care mesosystem. In G. W. Evans & T. D. Wachs (Eds.), *Chaos and its influence on children's development: An ecological perspective* (pp. 135-153). Washington, DC, US: American Psychological Association. doi: 10.1037/12057-009
- Bradley, R. H., & Caldwell, B. M. (1984). *The Home observation for measurement of the environment inventory 0-2*. Little Rock., AR: University of Arkansas.
- Bradley, R. H., & Caldwell, B. M. (1997). *Escala de Avaliação do Ambiente Familiar: Versão portuguesa* (Trad. de Universidade do Porto, Centro de Psicologia). Obra original publicada em 1984.
- Bronfenbrenner, U. (1979). *The ecology of human development: Experiments by design and nature*. Cambridge: Harvard University Press.
- Bronfenbrenner, U. (2005). *Making human beings human: Bioecological perspectives on human development*. Thousand Oaks: Sage.
- Bronfenbrenner, U., & Morris, P. A. (1998). The ecology of developmental processes. In W. Damon & R. M. Lerner (Eds.), *Handbook of child psychology. Vol. 1: Theoretical models of human development* (5th ed., pp. 993-1023). New York: John Wiley and Sons, Inc.
- Burchinal, M., Peisner-Feinberg, E., Bryant, D. M., & Clifford, R. (2000). Children's social and cognitive development and child-care quality: Testing for differential associations related to poverty, gender or ethnicity. *Applied Development Science*, 4, 149-165. doi: 10.1207/S1532480XADS0403_4
- Burchinal, M. R., Cryer, D., Clifford, R. M., & Howes, C. (2002). Caregiver training and classroom quality in child care centers. *Applied Developmental Science*, 6, 2-11. doi: 10.1207/S1532480XADS0601_01
- Cantin, G., Plante, I., Coutu, S., & Brunson, L. (2012). Parent-caregiver relationships among beginning caregivers in Canada: A quantitative study. *Early Childhood Education Journal*, 40, 265-274. doi: 10.1007/s10643-012-0522-0
- Clark, R., Hyde, J. S., Essex, M. J., & Klein, M. H. (1997). Length of maternity leave and quality of mother-infant interactions. *Child Development*, 68, 364-383. doi: 10.2307/1131855

- Cohen, J. (1992). Quantitative methods in psychology: a power primer. *Psychological Bulletin*, 112, 155-159. doi: 10.1037/0033-2909.112.1.155
- Comité Português para a UNICEF. (2013). *As crianças e a crise em Portugal: Vozes de crianças, políticas públicas e indicadores sociais*. Coordenação: Karin Wall e Ana Nunes de Almeida. Relatório disponível em <http://www.unicef.pt>
- Daniel, J., & Shapiro, J. (1996). Infant transitions: Home to center-based child care. *Child and Youth Care Forum*, 25, 111-123. doi: 10.1007/BF02589303
- Drugli, M. B., & Undheim, A. M. (2012). Relationships between young children in full-time day care and their caregivers: A qualitative study of parental and caregiver perspectives. *Early Child Development and Care*, 182, 1155-1165. doi: 10.1080/03004430.2011.602190
- Dunst, C. J., & Dempsey, I. (2007). Family-professional partnerships and parenting competence, confidence, and enjoyment. *International Journal of Disability, Development and Education*, 54, 305-318. doi: 10.1080/10349120701488772
- Dunst, C. J., Trivette, C. M., & Snyder, D. M. (2000). Family-professional partnerships: A behavioral science perspective. In M. J. Fine & R. L. Simpson (Eds.), *Collaboration with parents and families of children and youth with exceptionalities* (2nd ed., pp. 27-48). Austin, TX: PRO-ED.
- Elicker, J., Noppe, I. C., Noppe, L. D., & Fornter-Wood, C. (1997). The parent-caregiver relationship scale: Rounding out the relationship system in infant child care. *Early Education and Development*, 8, 83-100. doi: 10.1207/s15566935eed0801_7
- Endsley, R. C., & Minish, P. (1989). Parent-staff communication in day care centers during morning and afternoon transitions. *Research Technical Report*. Disponível em <http://eric.ed.gov/?id=ED308980>
- Equipa de Estudos e Políticas. (2013, junho). *Carta social – Folha informativa nº 11*. Gabinete de Estratégia e Planeamento. Retirado de <http://www.cartasocial.pt/pdf/FI112013.pdf>
- Equipa de Estudos e Políticas. (2014, junho). *Carta social – Folha informativa nº 14*. Gabinete de Estratégia e Planeamento. Retirado de <http://www.cartasocial.pt/pdf/FI142014.pdf>
- Field, A. (2005). *Discovering statistics using SPSS* (2nd ed.). London: Sage.
- Gaunt, R., & Scott, J. (2014). Parents' involvement in childcare: Do parental and work identities matter?. *Psychology of Women Quarterly*, 38, 475-489. doi: 10.1177/0361684314533484
- Gartstein, M. A., & Rothbart, M. K. (2003). Studying infant temperament via the revised infant behavior questionnaire. *Infant Behavior and Development*, 26, 64-86. doi: 10.1016/S0163-6383(02)00169-8
- Ghazvini, A., & Readdick, C. (1994). Parent-caregiver communication and quality of care in diverse child care settings. *Early Childhood Research Quarterly*, 9, 207-222. doi: 10.1016/0885-2006(94)90006-X
- Giovacco-Johnson, T. (2009). Portraits of partnership: The hopes and dreams project. *Early Childhood Education Journal*, 37, 127-135. doi: 10.1007/s10643-009-0332-1
- Howes, C., & Olenick, M. (1986). Family and child care influences on toddler's compliance. *Child Development*, 57, 202-216. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/1130652>
- Klein, C., Putnam, S. P., & Linhares, M. B. (2009). Assessment of temperament in children: Translation of instruments to portuguese (Brazil) language. *Interamerican Journal of Psychology*, 43, 552-557.
- Leavitt, R. L. (1995). Parent-provider communication in family day care homes. *Child and Youth Care Forum*, 24, 231-245. doi: 10.1007/BF02128590
- National Association for the Education of Young Children (NAEYC). (2009). *Developmentally appropriate practice in early childhood programs serving children from birth through age 8* (Position statement). Washington: NAEYC. Disponível em <http://www.naeyc.org/positionstatements>

- National Institute on Child Health and Human Development [NICHD] Early Childhood Research Network. (2000). Characteristics and quality of child care for toddlers and preschoolers. *Applied Developmental Science*, 4, 116-135. doi: 10.1207/S1532480XADS0403_2
- Organization for Economic Co-Operation and Development. (2011). *Doing better for families*. Portugal. Retirado de <http://www.oecd.org/portugal/47704295.pdf>
- Owen, M. T., Klausli, J. F., Mata-Otero, A., & Caughy, M. O. (2008). Relationship-focused child care practices: Quality of care and child outcomes for children in poverty. *Early Education and Development*, 19, 302-329. doi: 10.1080/10409280801964010
- Owen, M. T., Ware, A. M., & Barfoot, B. (2000). Caregiver-mother partnership behavior and the quality of caregiver-child and mother-child interactions. *Early Childhood Research Quarterly*, 15, 413-428. doi: 10.1016/S0885-2006(00)00073-9
- Peixoto, C., Coelho, V., Pinto, A. I., Cadima, J., Barros, S., & Pessanha, M. (2014). Transição de bebés do contexto familiar para a creche: Práticas e ideias dos profissionais. *Sensos-e*, 1. Disponível em <http://sensos-e.esse.ipp.pt/?p=6599>
- Pessanha, M., Aguiar, C., & Bairrão, J. (2007). Influence of structural features on Portuguese toddler child care quality. *Early Childhood Research Quarterly*, 22, 204-214. doi: 10.1016/j.ecresq.2007.02.003
- Pessanha, M., Barros, S., Pinto, A. I., & Cadima, J. (2013). *Questionário sobre características sociodemográficas da família*. Questionário não publicado. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, Portugal.
- Phillips, D., Mekos, D., Scarr, S., McCartney, K., & Abbott-Shim, M. (2000). Within and beyond the classroom door: Assessing quality in child care centers. *Early Childhood Research Quarterly*, 15, 475-496. doi: 10.1016/S0885-2006(01)00077-1
- Phillipsen, L. C., Burchinal, M. R., Howes, C., & Cryer, D. (1997). The prediction of process quality from structural features of child care. *Early Childhood Research Quarterly*, 12, 281-303. doi: 10.1016/S0885-2006(97)90004-1
- Pinto, A. I., Pessanha, M., & Aguiar, C. (2013). Effects of home environment and center-based child care quality on children's language, communication, and literacy outcomes. *Early Childhood Research Quarterly*, 28, 94-101. doi: 10.1016/j.ecresq.2012.07.001
- Pirchio, S., Taeschner, T., & Volpe, E. (2011). The role of parent-teacher involvement in child adjustment and behaviour in child-care centres. *International Journal about Parents in Education*, 5, 56-64.
- Portaria n.º 262/2011, 31 de Agosto. *Diário da República nº167 – I Série*, pp. 4338-4343. Ministério da Solidariedade e da Segurança Social.
- Portugal, G. (2012). Finalidades e práticas educativas em creche – das relações, atividades e organização dos espaços ao currículo na creche. *Brochuras Finalidades e Práticas Educativas em Creche*. Retirado de http://novo.cnis.pt/index.php?ToDo=read_news&id=325
- Powell, D. R. (2003). Relations between families and early childhood programs. In J. Mendoza, L. G. Katz, A. S. Robertson, & D. Rothenberg (Eds.), *Connecting with parents in the early years* (pp. 141-154). Champaign, IL: Clearinghouse on Early Education and Parenting Children's Research Center.
- Rothbart, M. K. (1981). Measurement of temperament in infancy. *Child Development*, 52, 569-578. doi: 10.1111/1467-8624.ep8860473
- Rothbart, M. K., & Gartstein, M. A. (2013). *Infant Behavior Questionnaire – Revised* (Trad. originalmente para Português do Brasil por Klein & Linhares, 2006, adaptações para Português Europeu de M. Pessanha, V. Coelho, & S. Barros, 2013). Original de 2000. Disponível em <http://www.bowdoin.edu/~sputnam/rothbart-temperament-questionnaires/>
- Segurança Social. (Ed.). (2010). *Manual de processos-chave para a creche* (2ª ed.). Disponível em http://www4.seg-social.pt/documents/10152/13337/gqrs_creche_processos-chave

- Shpancer, N. (1998). Caregiver-parent relationships in daycare: A review and re-examination of the data and their implications. *Early Education and Development*, 9, 239-259. doi: 10.1207/s15566935eed0903_3
- Shpancer, N. (2002). The home-daycare link: Mapping children's new world order. *Early Childhood Research Quarterly*, 17, 374-392. doi: 10.1016/S0885-2006(02)00170-9
- Shpancer, N., Bowden, J., Ferrell, M., Pavlik, S., Robinson, M., Schwind, J., . . . Young, J. (2002). The gap: Parental knowledge about day care. *Early Child Development and Care*, 172, 635-642. doi: 10.1080/03004430215108
- Sireci, S. G., Yang, Y., Harter, J., & Ehrlich, E. J. (2006). Evaluating guidelines for test adaptations: A methodological analysis of translation quality. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 37, 557-567. doi: 10.1177/0022022106290478
- Swartz, M. I., & Easterbrooks, M. A. (2014). The role of parent, provider, and child characteristics in parent-provider relationships in infant and toddler classrooms. *Early Education and Development*, 25, 573-598. doi: 10.1080/10409289.2013.822229
- Ware, A. M., Barfoot, B., Rusher, A. S., & Owen, M. T. (1995). *The caregiver-parent partnership scale*. Questionário não publicado. Retirado de http://www.education.uci.edu/childcare/pdf/questionnaire_interview/
- Ware, A. M., Barfoot, B., Rusher, A. S., & Owen, M. T. (2013). *The caregiver-parent partnership scale*. Questionário não publicado (Trad. para Português de S. Barros, M. Pessanha, A. I. Pinto, & J. Cadima, 2013). Original de 1995.
- Zellman, G. L., & Perlman, M. (2006). Parent involvement in child care settings: Conceptual and measurement issues. *Early Child Development and Care*, 176, 521-538. doi: 10.1080/03004430500147490

This paper presents caregivers and mothers' attitudes and behavior probability, as reported by the participants, regarding family-caregiver partnership during infants' transition from home to childcare. Mothers and caregivers of 90 infants answered the Caregiver-Parent Partnership Scale. Results show that both parents and caregivers strongly value family-caregiver partnership aimed at meeting children's needs, and they both report high probability of engaging in partnership-related behaviors. Mothers reported relatively more positive attitudes and higher probability of occurrence of behaviors that contribute to parent-caregiver partnership. Results show positive associations between mothers' and caregivers' attitudes, and between mothers' attitudes and home environment quality. Negative associations were found between caregivers' age and experience in childcare contexts and their attitudes and probability of engaging in partnership-related behaviors. Discussion highlights the need for more and better caregiver training and more initiatives to improve childcare quality, aiming to promote more effective parent-caregiver partnerships.

Key words: Parent-caregiver partnership, Childcare quality, Infants transition to child care.

